
TRANSIÇÃO  O que vem pela frente — B1 e B2

Perspectiva de desaceleração desafia governo Lula em 2023

— *Dificuldades econômicas internas se somam a cenário internacional*

A economia que espera Luiz Inácio Lula da Silva em 2023 aponta para desaceleração, juros altos, inflação elevada e produtividade estagnada há uma década, informa Luciana Dyniewicz. Como agravante, a economia internacional também enfrenta quadro difícil. Com isso, a tendência, di-

zem especialistas, é de que a “lua de mel” de Lula seja curta quando comparada à de outros governos. Antes das eleições,

economistas já projetavam um 2023 com PIB crescendo entre 0,5% e 1%. Esse seria o pior resultado desde 2016, à exceção de 2020, auge da pandemia. Lula também deve ter dificuldade para cumprir promessas como a redução da pobreza. Agora, na transição, o mercado cobra definição de nova âncora para despesas do governo.

TRANSIÇÃO  **Nova administração**

Os desafios econômicos que esperam o governo Lula a partir de janeiro

— Além da questão fiscal, nova equipe vai lidar com uma economia em desaceleração, juros altos e inflação ainda elevada, em meio a um cenário externo desfavorável

0000000000000000

LUCIANA DYNIEWICZ

O novo governo que assume em 1.º de janeiro terá de enfrentar entraves na área econômica que vão bem além da questão fiscal, na avaliação de analistas ouvidos pelo **Estadão**. A economia que espera o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva já mostra sinais de desaceleração, taxa de juros alta, inflação ainda elevada e uma produtividade que não cresce há cerca de dez anos. E, para piorar, a economia internacional também enfrenta um cenário difícil. A tendência, dizem os especialistas, é que esse panorama faça a "lua de mel" de Lula ser curta quando comparada à de outros governos.

Antes mesmo das eleições, os economistas já vinham projetando uma desaceleração brusca para 2023. Enquanto neste ano o PIB deve avançar ao redor de 2,75%, para o ano que vem é esperado um crescimento entre 0,5% e 1%. Se ficar nesse patamar, será o pior resultado desde 2016, excetuando 2020, cuja atividade foi impactada pela pandemia.

"A desaceleração já está encomendada, e a responsabilidade vai cair nas costas do novo presidente. É meio que dado que a lua de mel vai ser curtíssima. Normalmente, ela dura de três a quatro trimestres passadas as eleições. Não vai durar isso com esse quadro de polarização e desaceleração", diz o economista Bráulio Borges, da LCA Consultores.

A economista Zeina Latif vai na mesma linha: "Não é que vamos para um quadro de colapso, mas terá uma arrumação na economia. A população em geral não sabe disso e pode dizer que *(a desaceleração)* é culpa do Lula. Será importante esse balanço ser feito *(pelo novo governo)* e cuidar da comunicação".

Segundo Zeina, o quadro é mais difícil agora do que o enfrentado por Jair Bolsonaro em 2019, quando a situação fiscal estava encaminhada e a taxa básica de juros, a Selic, encontrava-se em patamar baixo. No início do governo Bolsona-

ro, a taxa era de 4,5%; hoje, está em 13,75%.

Na comparação com o primeiro governo de Lula, o cenário também é tido como mais delicado. Apesar de 2002 ter terminado com uma inflação de 12,5% e com uma Selic de 25%, a situação fiscal era mais controlada e o cenário internacional mais favorável, com o superávit das commodities dando aos primeiros sinais.

“O desafio do novo governo não é só digerir a herança fiscal (do governo Bolsonaro), mas trazer o crescimento sustentado de volta quando o mundo está entrando em recessão. Tem uma herança maldita não só na área fiscal, mas na ambiental e na de resultados econômicos e sociais”, diz o economista José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados.

'Lua de mel' curta
A boa vontade que todo governante costuma encontrar no início deve durar pouco para Lula

Ele destaca que foi feito um “embelezamento” nos indicadores econômicos no último ano. Isso porque a relação dívida/PIB caiu em parte devido à inflação. Também por conta do aumento do preço das commodities, que ajudou o PIB brasileiro no início de 2022, e à postergação de gastos para 2023.

APERTO. Ao mesmo tempo que terá de lidar com essa realidade, Lula enfrentará a atividade econômica sofrendo o auge dos efeitos do aperto monetário promovido pelo Banco Central para segurar a inflação. Segundo cálculos de Braulio Borges, o juro neutro (que não estimula nem desacelera a economia) no Brasil seria hoje de 4,5%. A taxa real de juro (descontada a inflação), no entanto, está em 8% ao ano. “É uma política monetária bastante contracionista e isso vai ficar mais evidente no começo de 2023, porque o mercado de trabalho reage com defasagem.”

Na área fiscal, os Estados de-

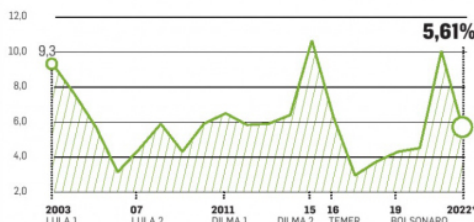
DESEMPENHO ECONÔMICO

Novo governo Lula enfrentará taxa de juros e nível de pobreza altos

Variação do PIB



Inflação



Taxa básica de juros, no fim do ano



Parcela da população abaixo da linha de pobreza



*PROJEÇÃO BOLETIM FOCUS: **NO FIM DE OUTUBRO

FONTES: IBGE, BANCO CENTRAL E FGV SOCIAL / **INFOGRÁFICO:** ESTADÃO

vem adotar políticas contracionistas, reduzindo seus gastos após a elevação feita em 2022, por conta da eleição, e depois de virem as receitas cair por causa da redução do ICMS sobre a gasolina promovida pelo presidente Jair Bolsonaro.

Em âmbito federal, Borges calcula que haverá expansão fiscal se os gastos do governo ultrapassarem os 19% do PIB deste ano. Para isso, a licença para gastar acima do teto que Lula está negociando teria de ser superior a R\$ 150 bilhões — hoje fala-se entre R\$ 160 bilhões e R\$ 200 bilhões.

No cenário internacional, a expectativa é de deterioração. Os EUA sofrerão com a alta de juros, a Europa com a falta de gás e a China com sua desaceleração estrutural. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta que o PIB mundial cresça 2,7%, mas alerta que “mais de um terço da economia global vai se contrair em 2023”.

POBREZA. Todos esses fatores podem dificultar também a vida de Lula para cumprir sua promessa de redução da pobreza e da insegurança alimentar. Enquanto a primeira está praticamente no mesmo patamar de quando o presidente eleito deixou o poder, em 2010, a segunda vem subindo. Em 2021, faltou dinheiro para comprar alimento, em algum momento do ano, para 36% dos brasileiros, o maior patamar da série histórica. Em 2010, esse índice era de 19%.

A pobreza no País hoje é de 14,04% da população – 0,06 ponto percentual acima da de 2010. “O novo governo vai pegar essa situação momentaneamente menos ruim por causa das medidas tomadas antes das eleições, como aumento do Auxílio Brasil. É uma saída justa, porque parte da população precisa realmente da rede de proteção, mas há um desajuste na proteção”, diz o diretor do FGV Social, Marcelo Neri. Para ele, é preciso reorganizar os benefícios sociais. ●

MERCADO COBRA DEFINIÇÃO DE NOVA ÂNCORA
PARA DESPESAS DO GOVERNO. PÁG. B2

TRANSIÇÃO



Nova administração

Mercado cobra definição de nova âncora para despesas do governo

Para analistas, falta de parâmetros para contas públicas pode levar a uma piora da percepção de risco dos investidores

LUÍZ GUILHERME GERBELLI
LUCIANA DYNIEWICZ

Após assumir em 1.º de janeiro de 2023, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai ter de lidar com inúmeros problemas econômicos e terá pouco tempo para solucionar cada um deles sem que haja uma piora de expectativas dos agentes econômicos com o Brasil. Para economistas consultados pelo **Estadão**, a prioridade é resolver o nó das contas públicas e mostrar um caminho para os investidores de credibilidade fiscal, ou seja, de que o País vai ser capaz de controlar o seu endividamento no médio e no longo prazos.

“Todos os esforços deveriam estar voltados para resolver questões urgentes, para que o juro real caia no País e impeça que a trajetória da dívida fique insustentável”, diz Solange Srour, economista-chefe do banco Credit Suisse.

Durante a campanha, Lula afirmou que vai acabar com o teto de gastos, a regra fiscal que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior, mas ainda não indicou qual será a sua âncora fiscal.

Outro problema: a equipe

econômica do petista vai lidar com um Orçamento considerado irreal em 2023. A proposta enviada pelo governo Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional não contempla, por exemplo, o pagamento de um Auxílio Brasil de R\$ 600 (promessa de campanha tanto de Lula quanto de Bolsonaro), mas de R\$ 405.

Para dar conta de pagar um auxílio mais robusto, além de cumprir outras promessas de campanha, como o reajuste real do salário mínimo, a equipe do presidente eleito pode enviar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição para aumentar os gastos sem que eles estejam sujeitos ao teto. Outra opção avaliada por integrantes do PT é abrir um crédito extraordinário. Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) veem precedente para o uso de crédito extraordinário para programas que já estão em curso.

DEMANDA DE SERVIDORES. “Há um Orçamento completamente desconectado da realidade”, afirma Alessandra Ribeiro, sócia e economista da consultoria Tendências. “Estão falando de *(ampliar)* gastos sociais, mas tenho receio em relação a outros gastos. Um deles é o reajuste do funcionalismo público.”

Sem uma clareza sobre o rumo das contas públicas, os analistas alertam que pode haver uma piora da percepção de risco dos investidores com a economia brasileira. Nesse cená-



“É preciso ter nova regra fiscal, que não seja modificada ao longo do tempo, e reforma tributária”

Solange Srour
Economista-chefe do Credit Suisse



“Tem de lidar com o Orçamento fake que a administração Bolsonaro mandou para o Congresso”

José Alexandre Scheinkman
Professor da Universidade de Columbia



“Além de gastos sociais, outros vão pressionar (as contas). Um deles é o reajuste do funcionalismo”

Alessandra Ribeiro
Economista, sócia da consultoria Tendências



“O mais fundamental é aprovar a reforma dos impostos indiretos, que o vice já disse que é prioridade”

Samuel Pessoa
Pesquisador associado do Ibre/FGV



“A prioridade é garantir a inflação em queda, o que trará alívio às famílias e permitirá juros menores”

Rafaela Vitória
Economista-chefe do banco Inter

rio, haveria uma fuga de capitais do País, com impactos diretos no câmbio, desembocando em mais inflação.

“O governo precisa controlar as demandas por mais gastos e reestruturar as novas regras fiscais para que tenhamos maior previsibilidade”, afirma

Rafaela Vitória, economista-chefe do banco Inter. “Sem âncora fiscal, o prêmio de juros continuará elevado e a inflação em risco. A prioridade no início de governo é garantir que a inflação seguirá em queda, o que trará alívio para as famílias e permitirá juros menores e

crescimento nos anos seguintes”, acrescenta Rafaela.

REFORMA TRIBUTÁRIA. Um outro ponto de partida importante para o novo governo, de acordo com os economistas, será aproveitar o capital político de início de mandato para aprovar uma reforma tributária. “O mais fundamental é aprovar a reforma dos impostos indiretos”, afirma Samuel Pessoa, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). “É um item muito importante para gerar ganhos de produtividade.”

Na campanha eleitoral, Geraldo Alckmin (PSB), agora vice-presidente eleito, indicou que um dos pontos primordiais de uma reforma tributária seria a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), reunindo Cofins, PIS, ICMS e ISS. “Uma reforma (tributária) pode ter um efeito muito grande e positivo nas expectativas”, diz Alessandra.

Também será preciso que o novo governo brasileiro consiga retomar o diálogo com os principais países, sobretudo na área ambiental. Um passo importante será dado nos próximos dias, quando Lula deverá participar da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2022 (COP-27), que ocorrerá entre 6 e 18 de novembro no Egito.

“Eu acho que o Brasil tem um grande potencial para se tornar um dos melhores países em termos de clima – as pessoas gostam de dizer que o País é uma potência verde”, afirma José Alexandre Scheinkman, professor da Universidade de Columbia. “Acho que, ao mesmo tempo que vai trazer uma melhora do humor do mundo com relação ao Brasil, pode ajudar em investimentos.” ●